

## 5. Considerações finais

Nossas considerações finais podem ser desdobradas em duas grandes vertentes que se complementam. A primeira relaciona-se ao modo de construção de sujeitos coletivos de direito. A segunda revela a transformação ocorrida com a pesquisadora frente ao seu “objeto” de estudo.

Nossa sociedade é fortemente marcada por traços individualistas garantidos por um Estado normatizador e excludente. Ademais, nós, os especialistas, muitas vezes nos incluímos nessa máquina de excluir gente. Como “amoladores de facas”, fabricamos no indivíduo a vítima perfeita e perpetuamos simbolicamente a violência. E poderíamos acrescentar: algumas vezes excluimos para sermos mais bem aceitos como “experts” nesse mercado de saberes financiados. Nada pode ser mais cínico que a razão desses especialistas. Foi bem lembrado por Jurandir Freire Costa que “a versão mais bem-elaborada (da ‘razão cínica’) está nas universidades, nos meios acadêmicos”. (Costa, 1994: 68)

Quanto àqueles que são “transformados” em “objetos” de nossas análises acadêmicas, podemos dizer que são desqualificados em suas formas de viver. Durante muito tempo, as populações subalternizadas se constituíram como “motivos” de nossas “preocupações”. Desconsideradas em suas potencialidades, não raro as percebemos como carentes, como perigosas e/ou perversas, e sempre necessitando de tutela e categorizações.

Isso, contudo não impede a emergência de espaços como o do grupo ECO/adolescente, onde a vida pode ser recriada a partir do que na modernidade fora negado: o tempo, o nome e o sentido da experiência.

O resgate da memória – situação estimulada pelo coordenador e vivenciada pelo grupo – possibilita a identificação de cada participante com a localidade – em nossa pesquisa, o Santa Marta. Do vínculo criado entre cada integrante, entre o grupo de adolescentes e o grupo ECO, e o ECO e a localidade florescem as condições para o amadurecimento de uma nova concepção de cidadania: a cidadania como pertencimento.

Em um processo democrático e descentralizado, que resgata o princípio da cultura e respeita a diferença e a autonomia de cada ator envolvido, o movimento

de reconstrução da história agencia enunciados singulares em um único sujeito coletivo de direito.

Em torno do conflito de buscar pertencer, os participantes do ECO/adolescente aprendem, apreendem e se incluem, com alegria, em um projeto coletivo mais amplo. Eis uma proposta que não se limita a organizar os moradores da favela em prol da luta pela melhoria de suas condições de vida no Santa Marta.

“Eco”, do grego *oikos*. Dessa casa para a *pólis*, ecoa um investimento cidadão capaz de trazer benefícios para a própria favela, contribuir na realização do ideal da cidade cerzida e proporcionar o resgate da singularidade daqueles que para ele se motivam. Engana-se boa parte dos que compõem a elite de hoje, como se equivocaram os burgueses de outrora, se acreditam poder prescindir de espaços como os da Sociedade de Educação e Promoção Social/Grupo ECO.

Desse processo, onde o sujeito se torna coletivo e potencialmente capaz de, lutando por seus direitos, transformar a cidade em que vive a psicologia é convidada a participar. Com suas ferramentas, ela pode ser uma grande aliada na construção de territórios aonde possam brotar singularidades desejanter.